

fazer história contemporânea

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 11 • 2011

Descolonização Portuguesa
Estado da Arte, Problemáticas e Fontes

Fernando Tavares Pimenta

Fernando Tavares Pimenta, Bolseiro de pós-doutoramento da FCT. Doutor em História pelo Instituto Universitário Europeu de Florença. Investigador do CEIS20. E-mail: fernandopimenta_2000@yahoo.com

Este artigo coloca em perspectiva o processo de descolonização portuguesa na qualidade de problema historiográfico. Um problema de significativo interesse científico e de importância crucial para a compreensão da história recente portuguesa, mas ainda pouco abordado pela historiografia. A nossa é portanto uma abordagem fundamentalmente teórica que visa traçar o estado da arte, indicar fontes, levantar novas questões e apontar caminhos para a construção de um conhecimento mais estruturado sobre o processo de dissolução do Império Colonial Português em África.

Estado da arte

O fim dos impérios coloniais foi um dos acontecimentos mais relevantes da história mundial do século XX. Por isso, o fenómeno da descolonização na sua globalidade tem merecido a atenção de alguns renomados historiadores europeus e norte-americanos, tais como Henri Grimal¹, R. F. Holland², Wm. Roger Louis³ e David Birmingham⁴, sendo que os dois últimos trabalharam a questão fundamentalmente para o espaço africano. Charles-Robert Ageron, para além de ter co-dirigido um importante volume sobre o período da descolonização⁵, é autor de um estudo muito significativo sobre o processo de dissolução do Império Colonial Francês⁶. O caso francês foi também analisado numa obra de largo respiro por Guy Perville⁷. A história da descolonização britânica foi igualmente motivo de um conjunto lato de estudos, dos quais salientamos pela sua abrangência o trabalho de W. David Mclintyre⁸ e o quarto volume da *Oxford History of the British Empire*, dedicado ao século XX, dirigido por Wm. Roger Louis e Judith M. Brown⁹.

No caso português, não obstante a indiscutível relevância histórica do tema, a produção científica sobre a descolonização é ainda relativamente escassa e de pouca profundidade analítica, situação que contrasta com a relativa abundância de literatura não científica sobre a matéria. De facto, nos anos imediatos à descolonização houve um “surto” de publicações sobre o fim do Império¹⁰. Mas muitas destas publicações

¹ GRIMAL, Henri – *La décolonisation de 1919 à nos jours*. [S.l.]: Éditions Complexe, 1984.

² HOLLAND, R. F. – *European Decolonization, 1918-1981. An Introductory Survey*. Basingstoke: Macmillan Publishers, 1985.

³ LOUIS, Wm. Roger; GIFFORD, Prosser (Ed.) – *Decolonization and African Independence: the Transfers of Power, 1960-1980*. New Haven; London: Yale University Press, 1988.

⁴ BIRMINGHAM, David – *The Decolonization of Africa*. Atenas: Ohio University Press, 1995.

⁵ AGERON, Charles-Robert; MICHEL, M. (Ed.) – *L'ère des décolonisations*. Paris: Éditions Karthala, 1995.

⁶ AGERON, Charles-Robert – *La décolonisation française*. Paris: Armand Colin, 1991.

⁷ PERVILLE, Guy – *De l'Empire Français à la décolonisation*. Paris: Hachette, 1994.

⁸ MCLINTYRE, W. David – *British Decolonization, 1946-1997: When, Why and How did the British Empire Fall*. Basingstoke: Macmillan, 1998.

⁹ LOUIS, Wm. Roger; BROWN, Judith (Ed.) – *The Oxford History of the British Empire. The Twentieth Century*. Vol. 4. Oxford: Oxford University Press, 1999.

¹⁰ Veja-se por exemplo: SANTOS, António Almeida – *15 meses no governo ao serviço da descolonização*. Lisboa: Asa, 1975; DUGOS, Carlos – *Descolonização portuguesa. O malogro de dois planos*. Queluz: Edições

estavam intimamente ligadas à esfera política, na medida em que procuravam justificar determinadas actuações, legitimar certos grupos políticos ou construir mitos, como por exemplo o da “descolonização exemplar” ou da conspiração nacional e internacional contra Portugal. Havia assim uma acentuada promiscuidade entre a produção literária e a esfera política, no sentido em que a história era usada de forma mais ou menos “descarada” para confirmar versões muito discutíveis dos acontecimentos. Por outras palavras, a história era um instrumento político de poder, o que significa que não foi feita uma “descolonização” dos estudos sobre o colonialismo português.

Posteriormente, surgiu uma literatura de carácter memorialístico – rapidamente elevada ao estatuto de “história semi-oficial” –, constituída por livros de memórias, testemunhos pessoais e colectâneas documentais publicados por militares, políticos e administradores portugueses e africanos envolvidos no processo de descolonização¹¹. Estas “narrativas históricas” constituem fontes preciosas para a reconstrução do processo histórico, mas não podem substituir uma produção científica – assente em bases de investigação rigorosa – sobre a descolonização. Paralelamente, estas obras veiculam versões altamente personalizadas – e obviamente politizadas – da história da descolonização, na medida em que os seus autores foram agentes dessa mesma história. Agentes que não têm formação historiográfica, pelo que não existe o distanciamento científico entre a história-realidade e a história-conhecimento. Por isso, a sua utilização pelo historiador implica a realização duma acurada crítica das fontes para evitar as “armadilhas” da memória e da política. Como tal, o historiador terá de saber pô-las em perspectiva, para poder analisá-las. Claramente os maiores responsáveis por esta confusão entre memorialismo e história são os próprios historiadores que se obstinam a não tratar este tema central da história recente de Portugal e das suas antigas colónias em África. As razões dessa obstinação não são de todo claras, mas talvez estejam relacionadas com o facto que a descolonização seja um assunto ainda muito delicado do ponto de vista político¹².

Neste contexto, raros foram os académicos que se debruçaram sobre a descolonização portuguesa. Pioneiro nesta área foi o literato angolano Mário António Fernandes

Acrópole, 1975; JARDIM, Jorge – *Moçambique terra queimada*. Lisboa: Editorial Intervenção, 1976; AGUIAR, Luiz – *Livro Negro da Descolonização*. Venda Nova: Intervenção, 1977; PEREIRA, Sá – *Angola em chamas*. Queluz: Litoral, 1977; OLIVEIRA, Bernardino G. – *Aqui (Portugal) Moçambique*. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico, 1978; MACHADO, Mello – *Aviltados e traídos (resposta a Costa Gomes)*. Queluz: Litoral, [s.d.].

¹¹ CARVALHO, Otelo Saraiva de – *Alvorada em Abril*. Lisboa: Alfa, 1991; CORREIA, Pedro Pezarat – *Descolonização de Angola: a jóia da coroa do Império português*. Lisboa: Inquérito, 1991; CARDOSO, General Silva – *Angola: anatomia de uma tragédia*. Lisboa: Oficina do Livro, 2001; RIBEIRO, General Gonçalves – *A vertigem da descolonização. Da agonia do êxodo à cidadania plena*. Lisboa: Inquérito, 2002; SANTOS, António Almeida – *Quase memórias*. Vol. 1: *Do colonialismo e da descolonização*. Vol. 2: *Da descolonização de cada território em particular*. Lisboa: Casa das Letras; Notícias, 2006.

¹² Sobre a relação por vezes confusa entre memorialismo e história remetemos para as nossas considerações em: PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Edições Afrontamento, 2006. Em termos internacionais um bom estudo nesta área é representado por: TADDIA, Irma – *La Memoria dell'Impero. Autobiografie d'Africa Orientale*. Bari: Piero Lacaita Editore, 1988.

de Oliveira¹³, que coordenou uma primeira obra colectiva sobre o tema. Contudo, não houve da parte dos autores o necessário distanciamento científico em relação à “história-realidade”, pelo que o trabalho apresenta variadas limitações do ponto de vista metodológico. Franz-Wilhelm Heimer¹⁴ foi outro dos pioneiros neste campo, ainda que a sua análise se tenha circunscrito ao caso angolano. Além disso, Heimer estudou a descolonização de Angola numa perspectiva sociológica e com base quase exclusivamente em fontes jornalísticas, de modo que o seu livro dá uma visão muito parcelar do processo de dissolução do Império Colonial Português. Embora não estudando directamente o processo de descolonização, Alfredo Margarido¹⁵ lançou algumas boas pistas de reflexão sobre o assunto, defendendo a tese de que não houve uma autêntica descolonização, mas simplesmente a vitória das guerrilhas independentistas sobre o poder colonial português. Para Margarido, descolonização significa que foram os colonizadores portugueses que “libertaram” as populações africanas dominadas, descolonizando-as. Ao invés, na opinião desse académico português, a prática política do processo de dissolução do Império Colonial obedeceu a uma lógica completamente diferente, no sentido em que não teriam sido os portugueses que descolonizaram, mas os africanos que ganharam a guerra de independência. Esta visão da história da guerra colonial e da descolonização é compartilhada por alguns académicos africanos, nomeadamente pelo moçambicano Aquino de Bragança¹⁶.

No entanto, a tese de Alfredo Margarido não é sustentada por uma análise factual do processo de descolonização, na medida em que não há uma demonstração da validade dessa hipótese. Na verdade, os factos apontam precisamente para o contrário, pelo menos no caso angolano. Em Angola as guerrilhas independentistas estavam muito longe de derrotar as forças portuguesas em 1974. Assim, se politicamente a guerra colonial estava perdida desde o início para Portugal, do ponto de vista militar o exército português conseguiu neutralizar *de facto* as guerrilhas nacionalistas, empurrando-as para as fronteiras Norte e Leste de Angola. No início de 1974, Portugal dominava praticamente todo o território angolano¹⁷. Isto significa que o processo político da descolonização não foi tão linear como deu a entender Alfredo Margarido, não existindo uma relação directa de causa e efeito entre a situação militar no terreno e a descolonização de Angola.

¹³ OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (Coord.) – *A descolonização portuguesa: aproximação de um estudo*. 2 vols. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1979-1982.

¹⁴ HEIMER, Franz-Wilhelm – *O processo de descolonização de Angola, 1974-1976*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

¹⁵ MARGARIDO, Alfredo – *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980. Veja-se em especial as páginas 7 e 8 da Introdução.

¹⁶ Veja-se a este respeito o capítulo de Aquino de Bragança em: LOUIS, Wm. Roger; GIFFORD, Prosser (Ed.) – *Decolonization and African Independence: the Transfers of Power, 1960-1980*. New Haven; London: Yale University Press, 1988.

¹⁷ CANN, John P. – *Counterinsurgency in Africa. The Portuguese Way of War, 1961-1974*. London: Greenwood Press, 1997.

No segundo lustro da década de 1990, no âmbito de um renovado interesse internacional pela história colonial portuguesa, surgiram as primeiras sínteses históricas sobre a descolonização portuguesa pela mão de dois académicos estrangeiros, Norrie Macqueen¹⁸ e Josep Sánchez Cervelló¹⁹. As suas obras constituem sínteses muito significativas do ponto de vista didáctico, mas revelam um pendor demasiado descritivo e pouco problematizador dos factos históricos. Isto é, ambos os autores procederam apenas a uma análise descritiva da passagem de poderes nas colónias portuguesas. De qualquer maneira, a publicação destas obras contribuiu para dar um novo impulso à investigação sobre a descolonização. Aliás, já em 1996 tinha sido publicada uma primeira abordagem ao tema por parte de César de Oliveira²⁰. Em 1999 deu à estampa o quinto volume da *História da Expansão Portuguesa*, denominado *Último Império e Recentramento, 1930-1998*, obra dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri²¹. Bastante significativos do ponto de vista teórico foram os capítulos sobre a guerra colonial e o fim do Império Colonial da autoria de António Costa Pinto²². Capítulos que serviram de base para a elaboração, pelo mesmo historiador, de dois livros de síntese – mas de maior espessura analítica – sobre a matéria²³.

Mas estes livros, tal como a maioria da bibliografia existente sobre o assunto, continuam a ser deficitários em termos de investigação empírica nas bibliotecas e nos arquivos. Isto é, falta toda uma análise das fontes primárias; uma análise sistemática que deve estar na base de qualquer tentativa de reconstrução histórica do processo de descolonização. Um trabalho de sapa que ainda não foi feito por nenhum historiador, talvez porque só muito recentemente essas fontes tenham sido disponibilizadas pelos arquivos portugueses e estrangeiros. Uma das poucas excepções é representada pelo livro de Witney Schneidman²⁴ sobre a intervenção americana na descolonização portuguesa, que para o efeito consultou alguma documentação dos arquivos americanos. E, para o caso angolano, tentámos já em parte preencher essa lacuna com uma análise da documentação diplomática britânica do *Foreign and Commonwealth Office*, produzida

¹⁸ MACQUEEN, Norrie – *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*. London: Longman, 1997 [versão portuguesa *A descolonização da África Portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1998].

¹⁹ SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep – *El último imperio occidental: la descolonización portuguesa, 1974-1975*. Mérida: UNED; Centro Regional de Extremadura, 1998. (Cuadernos de Estudios Luso-Espanóles; n.º 2).

²⁰ OLIVEIRA, César de – *Portugal dos quatro cantos do mundo à Europa: a descolonização 1974-1976, ensaio e documentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

²¹ CHAUDURI, Kirti; BETHENCOURT, Francisco (Dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. 5 vols. Navarra: Círculo de Leitores, 1999.

²² PINTO, António Costa – “Portugal e a resistência à descolonização”; “A guerra colonial e o fim do Império português”. In CHAUDURI, Kirti; BETHENCOURT, Francisco (Dir.) - *História da Expansão Portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores, 1999. Vol. 5, p. 51-102.

²³ PINTO, António Costa – *O fim do Império Português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001; PINTO, António Costa; LLOYD-JONES, Stewart – *The Last Empire. Thirty Years of Portuguese Decolonization*. Bristol: Intellect, 2003.

²⁴ SCHNEIDMAN, Witney W. – *Confronto em África. Washington e a queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna, 2005.

pela Embaixada Britânica em Lisboa e pelo Consulado Geral Britânico em Luanda durante o ano de 1974²⁵. Mais recentemente, publicámos um livro que analisa sob a óptica colonial a história política portuguesa de 1890 a 1975. Portugal é aqui entendido não como um Estado nacional, mas sim como um Estado-Império, cujo desaparecimento constituiu uma ruptura política, económica e social sem precedentes na história contemporânea portuguesa, só comparável à independência do Brasil em 1822. Dedicámos um capítulo à descolonização, dando especial enfoque à correlação entre o processo revolucionário na metrópole e os processos políticos de independência das colónias africanas²⁶.

Problemáticas

Feitas estas considerações sobre o estado da arte, importa problematizar em termos historiográficos o fenómeno político da descolonização portuguesa. O nosso objectivo é tão só o de delinear algumas linhas de investigação e o de levantar questões que possam contribuir para a construção de um conhecimento mais estruturado sobre a matéria. Um conhecimento assente em bases científicas e que não seja um mero somatório das narrativas e das memórias de políticos e de militares que estiveram envolvidos no processo de descolonização.

Desde logo, é necessário estudar a descolonização portuguesa no contexto político da queda do Estado Novo, da revolução de 25 de Abril e do processo de transição para a democracia em Portugal (1974-1976). Diversas são as questões que se podem colocar. Nos próximos parágrafos levantamos algumas que, na nossa perspectiva, são fundamentais para a compreensão do fenómeno da descolonização.

Em primeiro lugar é indispensável perceber porque razão não foi possível encontrar uma solução para o problema da descolonização no quadro político do Estado Novo. Esta questão tem sido muito pouco estudada, pois, por norma, a historiografia tem-se limitado a afirmar e a repetir a posição oficial do regime, que recusou formalmente a independência das suas colónias africanas. Trata-se de uma situação que revela as limitações da historiografia sobre o colonialismo português, nomeadamente uma certa superficialidade analítica e uma fraca capacidade de indagação, na medida em que se accontenta com as explicações fornecidas pela própria ditadura e não procura ir mais além no seu trabalho de exame histórico. Ora, não obstante a sua posição oficial, a verdade é que existiram da parte de alguns sectores do regime – em especial de Marcelo Caetano – certas tentativas no sentido de preparar as independências de Angola e de Moçambique. Julgamos que este ponto é extremamente significativo e que merece da parte da historiografia um tratamento mais aprofundado. Isto porque,

²⁵ PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

²⁶ PIMENTA, Fernando Tavares – *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização, 1890-1975*. Porto: Edições Afrontamento, 2010. Veja-se em especial o Capítulo 5 “A Guerra Colonial e o consulado de Marcelo Caetano, 1961-1974”, p. 99-128, e o Capítulo 6 “O 25 de Abril e o fim do Império (1974-1975)”, p. 129-154.

em última análise, foi a incapacidade da ditadura em encontrar uma solução política para o problema da descolonização que conduziu ao fracasso a tentativa marcelista de transição para um regime mais “liberal” e, como tal, à queda do próprio Estado Novo. Claramente, as nossas considerações não pretendem ser mais do que um estímulo para um futuro trabalho de investigação sobre o assunto. Vejamos.

Uma análise atenta do pensamento e da acção colonial de Marcelo Caetano revela com alguma clareza que o objectivo final da sua política de autonomia para as colónias era a independência de Angola e de Moçambique²⁷. Isto mesmo foi denunciado pela ala integracionista da ditadura, que desde o início compreendeu todo o alcance das medidas aplicadas – ou pelo menos esboçadas – por Marcelo Caetano na qualidade de Presidente do Conselho de Ministros (1968-1974)²⁸. Marcelo Caetano projectava a independência das duas maiores colónias portuguesas, que deveriam ser dois novos “Brasis” em África. Mas estas “projectadas” independências inseriam-se numa lógica de “independência branca”, que remetia os estratos superiores das populações negras e mestiças para uma posição de subordinação relativamente à minoria branca. Na ideia de Marcelo Caetano, as classes intermédias negras e mestiças deveriam tão só auxiliar a elite branca na administração dos respectivos países depois da independência, no contexto duma Comunidade Lusíada, transportando para o plano da independência a lógica colonial de que os nativos africanos deviam ser meros auxiliares da colonização portuguesa²⁹.

Esta forma de independência remetia directamente para o paradigma político representado pelas independências americanas dos séculos XVIII e XIX. No Novo Mundo foram os colonos brancos e os seus descendentes que assumiram o controlo da administração política das antigas colónias britânicas, espanholas e portuguesa (Brasil), de modo que as independências foram alcançadas sem uma autêntica descolonização. Isto é, foram os colonizadores europeus – e não as populações colonizadas – que fizeram essas independências, com ou sem o beneplácito das metrópoles europeias. Um processo que teve como primeiro protagonista os Estados Unidos da América³⁰.

²⁷ CAETANO, Marcelo – *Ensaíos pouco políticos*. Lisboa: Verbo, 1971; CAETANO, Marcelo – *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos*. Lisboa: Bertrand, 1971; CAETANO, Marcelo – *Razões da presença de Portugal no Ultramar*. Lisboa: [s.n.], 1973; CAETANO, Marcelo – *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record, 1974; CAETANO, Marcelo – *O 25 de Abril e o Ultramar. Três entrevistas e alguns documentos*. Lisboa; São Paulo: Verbo, 1976. São também de grande interesse os ensaios anteriores: CAETANO, Marcelo – *Tradições, princípios e métodos da colonização portuguesa*. Lisboa: AGU, 1951; CAETANO, Marcelo – *Os nativos na economia africana*. Coimbra: Coimbra Editora, 1954.

²⁸ AMORIM, Fernando Pacheco do – *Na hora da verdade: colonialismo e neo-colonialismo na proposta de lei de revisão constitucional*. Coimbra: Ed. do Autor, 1971.

²⁹ PIMENTA, Fernando Tavares – “Angola. Uma nova Lusitânia?”. In TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Coord.) - *Comunidades Imaginadas. Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 63-66. Veja-se também MARQUES, Silvino Silvério – *Marcelo Caetano, Angola e o 25 de Abril*. Mem Martins: Inquérito, 1995.

³⁰ LEROY-BEAULIEU, Paul – *De La Colonisation Chez Les Peuples Modernes*. 2 vol. 5.ª Ed. Paris: Guillaumin, 1902; CROSBY, Alfred W. – *Ecological Imperialism: the Biological Expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986; ANDERSON, Benedict – *Imagined Communities*. 9.ª Ed. London; New York: Verso, 1999.

Tal como muitos outros teóricos do colonialismo europeu, Marcelo Caetano concebia a colonização branca da África Austral como uma continuação do povoamento europeu na América e na Oceânia (Austrália e Nova Zelândia). Por isso, julgava que as colónias de povoamento europeu no continente africano dariam origem a Estados autónomos ou mesmo independentes sob a hegemonia dos colonos³¹. A África do Sul e a Rodésia do Sul eram exemplos palpáveis dessa continuidade histórica e política³². Moçambique e, sobretudo, Angola seguiriam os exemplos destes países, embora com diferenças muito significativas no campo da política racial, dado que nas colónias portuguesas se aceitava a integração política dos estratos superiores das populações mestiça e negra na administração dos novos países³³.

Mas porque razão falhou então o projecto de independência branca gizado por Marcelo Caetano? O primeiro motivo está relacionado com a cronologia desse mesmo projecto. O plano caetanista estava desajustado no tempo e vinha, pelo menos, com meio século de atraso. O paradigma americano fora hegemónico até 1914, mas entrara em crise logo a seguir à 1.ª Guerra Mundial e tornara-se inaceitável do ponto de vista internacional após 1945. A Organização das Nações Unidas (ONU)³⁴, os Estados Unidos da América, a União Soviética e os países africanos só reconheciam legitimidade às independências assentes na fórmula política do “governo maioritário” (*majority rule*), o que no caso africano significava entregar as rédeas do poder aos representantes da maioria negra. O segundo motivo, que está directamente relacionado com o primeiro, prende-se com a existência de guerrilhas independentistas nas colónias portuguesas que reivindicavam o monopólio da representação política das maiorias africanas e, nessa qualidade, reclamavam o poder, não aceitando governos de minoria branca. Por último, há que considerar a existência de uma forte oposição interna por parte dos integracionistas do regime à política colonial de Marcelo Caetano. Os integracionistas eram favoráveis à total integração administrativa entre as colónias e a metrópole, pelo que rejeitavam qualquer forma de autonomia colonial e muito menos a independência. Os integracionistas constituíam uma parte muito substancial do núcleo duro do Estado Novo e continuaram a ter muito poder dentro da ditadura mesmo depois do afastamento de Salazar. Como tal, os integracionistas minaram a tentativa marcelista de resolução do problema colonial e de transição da ditadura para um regime mais liberal, determinando a paralisação do processo político na metrópole e nas colónias³⁵. Mas a intransigência desses sectores acabou por comprometer a própria sobrevivência política da ditadura,

³¹ CAETANO, Marcelo – *Ob. Cit.*, 1973, p. 36 e 107; CAETANO, Marcelo – *Ob. Cit.*, 1974, p. 34-35; CAETANO, Marcelo – *Ob. Cit.*, 1976, p. 11-13 e 19.

³² MILLER, J. D. B. – *Britain and the Old Dominions*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1966; RHOODIE, Eschel – *The Third Africa*. Cape Town: 1968; GANN, L. H.; DUIGNAN, Peter (Ed.) – *Colonialism in Africa 1870-1960. The History and Politics of Colonialism 1914-1960*. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

³³ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2008, p. 307-337.

³⁴ MAGALHÃES, José Calvet de – *Portugal e as Nações Unidas. A Questão Colonial (1955-1974)*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996.

³⁵ TOMAZ, Américo – *Últimas Décadas de Portugal*. Lisboa: Fernando Pereira, 1983.

na medida em que a aposta cega na defesa militar da integridade do Império Colonial constituiu um autêntico suicídio político para o Estado Novo. Num certo sentido foi como se o centro (metrópole) tivesse sido politicamente asfixiado por uma periferia (colónias) demasiado grande – em termos políticos internacionais – para poder continuar a ser administrada segundo as regras do colonialismo clássico³⁶.

Neste contexto, o golpe militar de 25 de Abril de 1974 resultou da necessidade sentida por uma parte do exército português de encontrar uma solução para a questão colonial fora do quadro político do Estado Novo. De facto, o 25 de Abril de 1974 foi fundamentalmente o resultado duma crise política colonial. A revolução surgiu com o objectivo de resolver politicamente o problema da descolonização, visto que a tentativa marcelista de preparar as “independências brancas” tinha sido bloqueada pelos meios mais conservadores da ditadura. Claramente, a centralidade da questão colonial na política portuguesa durante o processo revolucionário implicou a existência de uma profunda interdependência política entre a transição metropolitana e a descolonização africana. Uma situação que podemos dizer *sui generis* no panorama europeu, na medida em que a descolonização portuguesa foi o único caso de dissolução de um Império colonial que aconteceu contemporaneamente a um processo revolucionário na metrópole. Por outras palavras, o fim do Império Colonial Português aconteceu numa fase de mudança de regime político na metrópole, isto é, durante o *intermezzo* revolucionário que mediou o derrube da ditadura e o estabelecimento da democracia em Portugal. Ora, esta situação não tem paralelo em nenhuma outra transição da chamada “terceira vaga”³⁷ de democratização na Europa e na América Latina.

No que diz respeito ao binómio revolução/descolonização, várias são as linhas de análise que merecem ser aprofundadas e outros tantos os problemas que devem ser considerados. O 25 de Abril criou as condições políticas para a realização da descolonização das colónias africanas. Este ponto ficou mais ou menos claro desde o início do processo revolucionário na metrópole. O que ficou por esclarecer foi o tipo de descolonização que os portugueses iriam tentar realizar em África. Este problema dominou a vida política na metrópole, condicionando largamente a transição portuguesa para a democracia. Neste âmbito, é necessário distinguir no seio do poder revolucionário duas linhas político-militares opostas e que defendiam soluções diferentes para o problema da descolonização. Uma era representada pelo projecto de federalismo colonial do General Spínola, que entroncava em parte na ideia marcelista da Comunidade Lusíada e que se inspirava no modelo da *Communauté Française* do General De Gaulle³⁸. A outra linha – dominante no Movimento das Forças Armadas, MFA – era representada pelos meios políticos e militares à esquerda

³⁶ PIMENTA, Fernando Tavares – “La Rivoluzione Portoghese e le Decolonizzazioni Africane (1974-1975)”. *Storia e Futuro. Rivista di Storia e Storiografia*. N.º 16 (2008); WAALS, W. – *Portugal's War in Angola 1961-1974*. Rivonia: Ashanti, 1993.

³⁷ MAXWELL, Kenneth – *The Making of Portuguese Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

³⁸ SPÍNOLA, António de – *Portugal e o futuro*. Lisboa: Arcádia, 1974. Cf. SMITH, Tony – “A Comparative Study of French and British Decolonization”. *Comparative Studies in Society and History*. Vol. 20, N.º 1 (Jan. 1978) p. 70-102.

de Spínola, que defendiam uma resolução rápida do problema colonial mediante a entrega do poder nas colónias exclusivamente às guerrilhas nacionalistas. Esta linha triunfou na metrópole após o 28 de Setembro de 1974, mas não conseguiu organizar um processo coerente e consequente de descolonização, em especial em Angola, que caiu na guerra civil em 1975³⁹.

Paralelamente, temos um conhecimento muito escasso sobre os movimentos e os partidos políticos que apareceram nas colónias logo a seguir ao 25 de Abril de 1974. Rotulados de “partidos fantoches”, estes grupos políticos e as suas bases sociais ainda não mereceram um estudo sistemático por parte da historiografia. De resto, pouco se sabe sobre a vida política nas colónias nos meses cruciais que mediaram o derrube da ditadura (25 de Abril de 1974) e a tomada do poder pelas guerrilhas na sequência da assinatura dos diversos acordos de independência. No caso moçambicano, essa pesquisa é fundamental para compreender o contexto, as causas e os contornos da rebelião de Lourenço Marques, de 7 de Setembro de 1974, bem como os sucessivos episódios de violência política que levaram à fuga para fora do país de dezenas de milhares de pessoas⁴⁰.

No caso angolano, a questão central que se coloca é o do fracasso total do processo de descolonização delineado na cimeira do Alvor em 15 de Janeiro de 1975. Com efeito, durante o ano de 1975, ainda sob a soberania portuguesa, Angola caiu no caos económico, social e político provocado pelo início violento da guerra civil entre as três guerrilhas nacionalistas (FNLA, MPLA e UNITA), cada uma das quais auxiliada logística e militarmente por potências estrangeiras (USA, URSS, Cuba, Zaire e África do Sul). Portugal assistiu, praticamente impassível, ao início da guerra e à invasão do território angolano por forças estrangeiras (zairenses, sul africanas e cubanas, para além de um grande número de mercenários), num momento em que a colónia ainda estava sob a sua alçada. A posição portuguesa permanece quase um “mistério”, pois está por explicar a fraca capacidade de reacção de Lisboa ao deflagrar do conflito. Compreende-se mal também o porquê de certas opções políticas tomadas pelas autoridades portuguesas, nomeadamente a política de “neutralidade activa” a favor do MPLA, a evacuação a todo o custo da população branca e a decisão contraditória de suspender o acordo de independência, mas – não obstante isso – manter a data de independência em 11 de Novembro de 1975. Tudo questões que merecem uma resposta, que só pode ser obtida com uma pesquisa arquivística. Do lado angolano, seria importante perceber a dimensão exacta das ligações da guerra civil à “Guerra Fria” entre Estados Unidos da América e União Soviética. Aqui há que averiguar se foram as grandes potências que exportaram o conflito internacional para Angola ou se, pelo contrário, foram os próprios angolanos que importaram a Guerra Fria como forma de conseguir apoios internacionais para derrotar os respectivos oponentes internos⁴¹.

³⁹ SPÍNOLA, António de – *País sem rumo*. Lisboa: Scire, 1978.

⁴⁰ OLIVEIRA, Bernardino G. – *Aqui (Portugal) Moçambique*. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico, 1978.

⁴¹ SPIKES, Daniel – *Angola and the Politics of Intervention*. Jefferson/London: Mcfarlan&Company, 1993; GLEIJESES, Piero – *Conflicting Missions. Havana, Washington and Africa, 1959-1976*. Chapel Hill London: University of Northern Carolina Press, 2002; SCHNEIDMAN, Witney W. – *Ob. Cit.*, 2005.

Outra questão muito negligenciada pela historiografia portuguesa é a do comportamento político das minorias brancas durante a descolonização. Aqui é imperioso indagar as razões da exclusão política dos brancos dos processos de independência de Angola e de Moçambique, bem como as causas do seu êxodo para a metrópole em 1975⁴². Êxodo esse que afectou mais de meio milhão de pessoas, das quais cerca de trezentas mil provenientes de Angola⁴³. Um fenómeno que só teve um paralelo de algum modo semelhante na Argélia em 1962. Contudo, esta questão tem de ser colocada no quadro político mais lato das independências das chamadas colónias de povoamento europeu (*settler colonies*) em África⁴⁴. Isto porque as independências das chamadas *settler colonies* constituíram casos especialmente complexos e delicados e de tardia descolonização. Na maior parte desses territórios a descolonização foi precedida por guerras de independência, também denominadas de “libertação” pelos guerrilheiros africanos. Nos casos da Argélia, Moçambique e Angola, as independências resultaram nos êxodos das respectivas populações brancas, mas o mesmo não aconteceu na África do Sul e na Namíbia. Na Rodésia do Sul, o êxodo só se delineou alguns anos depois da transferência de poderes para a maioria negra (1980) e é um assunto que marca ainda hoje a agenda política desse país, com consequências políticas internacionais ao nível das relações diplomáticas entre a União Europeia e a África⁴⁵. Por isso, o estudo do êxodo das comunidades brancas de Angola e de Moçambique pode de algum modo contribuir para uma percepção mais exacta do fim do colonialismo europeu na África Austral. Mas isto só pode ser feito se a descolonização portuguesa for estudada numa perspectiva internacional e com o recurso a uma metodologia de carácter comparativo.

Fontes

Relativamente às fontes, a historiografia tem de dar prioridade ao estudo das fontes primárias, não esquecendo porém a consulta da imprensa colonial e a recolha de testemunhos orais. Em termos arquivísticos, são de destacar pela sua importância os Arquivos António Oliveira Salazar, Marcelo Caetano, PIDE/DGS e Conselho da Revolução, todos guardados no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Outros arquivos de grande relevância são o Arquivo Histórico Ultramarino, o Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Arquivo da Fundação Mário Soares e o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Relativamente ainda à documentação portuguesa, seria de grande interesse que as entidades competentes disponibilizassem para consulta o arquivo da Comissão Nacional de Descolonização

⁴² FERREIRA, A. Rita – “Moçambique post-25 de Abril. Causas do êxodo da população de origem europeia e asiática”. In *Moçambique: cultura e história de um país*. Coimbra: Instituto de Antropologia, 1988.

⁴³ RIBEIRO, Orlando – *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1978.

⁴⁴ ELKINS, Caroline; PEDERSEN, Susan (Ed.) – *Settler Colonialism in the Twentieth Century: Projects, Practices, Legacies*. New York; London: Routledge, 2005.

⁴⁵ PERVILLE, Guy – “Décolonisation «à l’algérienne» et «à la rhodésienne» en Afrique du Nord et en Afrique Australe”. In AGERON, Charles Robert; MICHEL, M. (Ed.) - *L’ère des décolonisations*. Paris: Éditions Karthala, 1995. p. 26-37.

(CND), instituída por Spínola em Agosto de 1974. Em termos internacionais, é de salientar a relevância do *Public Record Office* (Londres), em especial dos arquivos do *Colonial Office*, *Foreign Office* e *Foreign and Commonwealth Office*. Isto porque o Reino Unido exerceu sempre uma certa influência sobre a política portuguesa, quer em termos metropolitanos, quer em termos coloniais. Mesmo quando não intervinha directamente no processo político português, a diplomacia britânica era uma observadora atenta de tudo o que se passava em Portugal e nas suas colónias africanas, onde os britânicos tinham significativos interesses económicos. Assume especial relevo a análise da documentação diplomática produzida pela Embaixada Britânica em Lisboa e pelos respectivos consulados em Luanda e Lourenço Marques no período final da ditadura e durante a revolução de 1974/1975. Tratam-se de muitas dezenas de processos arquivísticos que formam um núcleo muito consistente de documentação, quase toda ainda por analisar, pelo menos no que diz respeito ao período de 1974-1975. Paralelamente, a leitura da imprensa colonial também assume um significado especial porque contém um manancial de informação muito significativo, ainda que pouco conhecido do público académico. Entre as fontes periódicas sublinhamos as colecções dos jornais *A Província de Angola* (Luanda), *Jornal de Benguela* (Benguela) e *Notícias* (Lourenço Marques), que podem ser consultadas na Biblioteca Nacional de Lisboa ou na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Em termos bibliográficos, é de destacar a existência de fundos especializados nas bibliotecas da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, do Centro Amílcar Cabral em Bolonha e da *School of Oriental and African Studies* em Londres. A este respeito, apresentamos seguidamente – e a título conclusivo – uma lista bibliográfica sobre a descolonização. Não é uma bibliografia exaustiva, nem pretende sê-la. Mas é um instrumento bibliográfico útil para uma primeira aproximação ao tema.

Bibliografia

- Associação 25 de Abril – *Seminário 25 de Abril. Dez anos depois*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- AGERON, Charles-Robert – *La décolonisation française*. Paris: Armand Colin, 1991.
- AGERON, Charles-Robert; MICHEL, M. (Ed.) – *L'ère des décolonisations*. Paris: Éditions Karthala, 1995.
- AGUIAR, Luiz – *Livro Negro da Descolonização*. Venda Nova: Intervenção, 1977.
- ALEXANDRE, Valentim (Coord.) – *O Império Africano séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri - Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, 2000.
- AMORIM, Fernando Pacheco do – *Três caminhos da política ultramarina*. Coimbra: Ed. do Autor, 1962.
- AMORIM, Fernando Pacheco do – *Unidade ameaçada: o problema ultramarino*. Coimbra: F. Amorim, 1963.
- AMORIM, Fernando Pacheco do – *Na hora da verdade: colonialismo e neo-colonialismo na proposta de lei de revisão constitucional*. Coimbra: Ed. do Autor, 1971.
- ANDERSON, Benedict – *Imagined Communities*. 9.ª Ed. London; New York: Verso, 1999.

- BIRMINGHAM, David – *The Decolonization of Africa*. Atenas: Ohio University Press, 1995.
- BRITO, José Maria Brandão de (Coord.) – *Do Marcelismo ao fim do Império*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.
- CAETANO, Marcelo – *Tradições, princípios e métodos da colonização portuguesa*. Lisboa: AGU, 1951.
- CAETANO, Marcelo – *Os nativos na economia africana*. Coimbra: Coimbra Editora, 1954.
- CAETANO, Marcelo – *Mandato indeclinável*. Lisboa: Verbo, 1970.
- CAETANO, Marcelo – *Renovação na continuidade*. Lisboa: Verbo, 1971.
- CAETANO, Marcelo – *Ensaio pouco políticos*. Lisboa: Verbo, 1971.
- CAETANO, Marcelo – *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos*. Lisboa: Bertrand, 1971.
- CAETANO, Marcelo – *Razões da presença de Portugal no Ultramar*. Lisboa: [s. n.], 1973.
- CAETANO, Marcelo – *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record, 1974.
- CAETANO, Marcelo – *O 25 de Abril e o Ultramar. Três entrevistas e alguns documentos*. Lisboa; São Paulo: Verbo, 1976.
- CAETANO, Marcelo – *Minhas memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo, 1977.
- CANN, John P. – *Counterinsurgency in Africa. The Portuguese Way of War, 1961-1974*. London: Greenwood Press, 1997.
- CARDOSO, General Silva – *Angola: anatomia de uma tragédia*. Lisboa: Oficina do Livro, 2001.
- CARVALHO, Otelio Saraiva de – *Alvorada em Abril*. Lisboa: Alfa, 1991.
- CERVELLÓ, Josep Sánchez – *El ultimo impero occidental: la descolonización portuguesa (1974-1975)*. Mérida: UNED, 1998.
- CHAUDURI, Kirti; BETENCOURTH, Francisco (Dir.) – *História da Expansão Portuguesa. Último Império e Recentramento, 1930-1998*. Vol. V. Navarra: Círculo de Leitores, 1999.
- CORREIA, Pedro Pizarat – *Descolonização de Angola: a jóia da coroa do Império português*. Lisboa: Inquérito, 1991.
- CROSBY, Alfred W. – *Ecological Imperialism: the Biological Expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- CUNHA, Joaquim M. da Silva – *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*. Coimbra: Atlântida Editora, 1977.
- DUGOS, Carlos – *Descolonização portuguesa. O malogro de dois planos*. Queluz: Edições Acrópole, 1975.
- ELKINS, Caroline; PEDERSEN, Susan (Ed.) – *Settler Colonialism in the Twentieth Century: Projects, Practices, Legacies*. New York; London: Routledge, 2005.
- GANN, L.H.; DUIGNAN, Peter (Ed.) – *Colonialism in Africa 1870-1960. The History and Politics of Colonialism 1914-1960*. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- GLEIJESES, Piero – *Conflicting Missions. Havana, Washington and Africa, 1959-1976*. Chapel Hill London: University of Northern Carolina Press, 2002.
- GRIMAL, Henri – *La décolonisation de 1919 à nos jours*. [S.l.]: Éditions Complexe, 1984.
- GUERRA, Fernando Meireles – *Descolonização. O Império Colonial Português em África*. Lisboa: Universitária Editora, 1996.
- HAROUN, A. – *Algérie 1962. La grande dérive*. Paris: L'Harmattan, 2005.
- HEIMER, Franz-Wilhelm – *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976*. Lisboa: Regra do Jogo, 1980.

- HOLLAND, R. F. – *European Decolonization, 1918-1981. An Introductory Survey*. Basingstoke: Macmillan Publishers, 1985.
- ISAACMAN, A. – *Mozambique from colonialism to revolution*. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1985.
- JARDIM, Jorge – *Moçambique terra queimada*. Lisboa: Editorial Intervenção, 1976.
- LEROY-BEAULIEU, Paul – *De La Colonisation Chez Les Peuples Modernes*. 2 vol. 5.^a Ed. Paris: Guillaumin, 1902.
- LOUIS, Wm. Roger; GIFFORD, Prosser (Ed.) – *Decolonization and African independence: the Transfers of Power, 1960-1980*. New Haven; London: Yale University Press, 1988.
- LOUIS, Wm. Roger; BROWN, Judith M. (Ed.) – *The Oxford History of the British Empire. The Twentieth Century*. Vol. 4. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- MACHADO, Mello – *Aviltados e traídos (resposta a Costa Gomes)*. Queluz: Literal, [s.d.].
- MAGALHÃES, José Calvet de – *Portugal e as Nações Unidas. A Questão Colonial (1955-1974)*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996.
- MARQUES, Silvino Silvério – *Marcelo Caetano, Angola e o 25 de Abril*. Mem Martins: Inquérito, 1995.
- MARGARIDO, Alfredo – *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: Regra do Jogo, 1980.
- MAXWELL, Kenneth – *The Making of Portuguese Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MCLINTYRE, W. David – *British Decolonization, 1946-1997: When, Why and How did the British Empire fall*. Basingstoke: Macmillan, 1998.
- MCQUEEN, Norrie – *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*. London: Longman, 1997.
- MILLER, J. D. B. – *Britain and the Old Dominions*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1966.
- OLIVEIRA, Bernardino G. – *Aqui (Portugal) Moçambique*. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico, 1978.
- OLIVEIRA, César – *Portugal, dos quatros cantos do mundo à Europa: a descolonização 1974-1976, ensaio e documentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (Coord.) – *A descolonização portuguesa: aproximação de um estudo*. 2 vol. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1979-1982.
- PÉLISSIER, René – *Le naufrage des caravelles: études sur la fin de l'empire portugais (1961-1975)*. Orgeval: Éditions Péliissier, 1979.
- PEREIRA, Sá – *Angola em chamas*. Queluz: Literal, 1977.
- PERVILLÉ, Guy – *De l'Empire Français à la décolonisation*. Paris: Hachette, 1994.
- PERVILLÉ, Guy – “Décolonisation «à l’algérienne» et «à la rhodésienne» en Afrique du Nord et en Afrique Australe”. In AGERON, Charles Robert; MICHEL, M. (Ed.) - *L'ère des décolonisations*. Paris: Éditions Karthala, 1995. p. 26-37.
- PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.
- PIMENTA, Fernando Tavares – “Angola. Uma nova Lusitânia?”. In TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Coord.) - *Comunidades Imaginadas. Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 59-74.

- PIMENTA, Fernando Tavares – “La Rivoluzione Portoghese e le Decolonizzazioni Africane (1974-1975)”. *Storia e Futuro. Rivista di Storia e Storiografia*. N.º 16 (2008).
- PIMENTA, Fernando Tavares – *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização, 1890-1975*. Porto: Edições Afrontamento, 2010.
- PINTO, António Costa – “Portugal e a resistência à descolonização”; “A guerra colonial e o fim do Império português”. CHAUDURI, Kirti; BETHENCOURT, Francisco (Dir.) - *História da Expansão Portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores, 1999. Vol. 5, p. 51-102.
- PINTO, António Costa – *O fim do império português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- PINTO, António Costa; LLOYD-JONES, S. (Ed.) – *The Last Empire. Thirty Years of Portuguese Decolonization*. Bristol: Intellect, 2003.
- RHOODIE, Eschel – *The Third Africa*. Cape Town: 1968.
- RIBEIRO, General Gonçalves – *A vertigem da descolonização. Da agonia do êxodo à cidadania plena*. Lisboa: Inquérito, 2002.
- RIBEIRO, Orlando – *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1978.
- RITA-FERREIRA, A. – “Moçambique post-25 de Abril. Causas do êxodo da população de origem europeia e asiática”. In *Moçambique: cultura e história de um país*. Coimbra: Instituto de Antropologia, 1988.
- ROSAS, Fernando (Coord.) – *Portugal e a transição para a democracia (1974-1976)*. Lisboa: Colibri, 1998.
- SANTOS, António Almeida – *15 meses no governo ao serviço da descolonização*. Lisboa: Asa, 1975.
- SANTOS, António Almeida – *Quase memórias*. Vol. 1: *Do colonialismo e da descolonização*. Vol. 2: *Da descolonização de cada território em particular*. Lisboa: Casa das Letras; Notícias, 2006.
- SCHMITTER, Philippe C. – *Portugal: do autoritarismo à democracia*. Lisboa: ICS, 1999.
- SCHNEIDMAN, Witney W. – *Confronto em África. Washington e a queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna, 2005.
- SOUTO, Amélia Neves de – *Caetano e o ocaso do Império. Administração e guerra colonial em Moçambique durante o marcelismo (1968-1974)*. Porto: Afrontamento, 2007.
- SPIKES, Daniel – *Angola and the Politics of Intervention*. Jefferson; London: Mcfarlan & Company, 1993.
- SPÍNOLA, António de – *Portugal e o futuro: análise da conjuntura nacional*. [Lisboa]: Arcádia, 1974.
- SPÍNOLA, António de – *Ao serviço de Portugal*. Lisboa: Ática, 1976.
- SPÍNOLA, António de – *País sem rumo*. Lisboa: Scire, 1978.
- TADDIA, Irma – *La Memoria dell'Impero. Autobiografie d'Africa Orientale*. Bari: Piero Lacaita Editore, 1988.
- TOMAZ, Américo – *Últimas Décadas de Portugal*. Lisboa: Fernando Pereira, 1983.
- TORGAL, Luís Reis; ANDRADE, Luís Oliveira (Coord.) – *Estudos do século XX: Colonialismo, anticolonialismo e identidades nacionais*. N.º 3 (2003).
- TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Coord.) – *Comunidades Imaginadas. Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- WAALS, W. – *Portugal's War in Angola 1961-1974*. Rivonia: Ashanti, 1993.